

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL ENQUANTO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA: gestão de políticas públicas no governo federal brasileiro e os desmontes orçamentários e institucionais

Caroline Becher¹Christiane Riedi Daniel²Sueli Godoi³Sandra Cordeiro⁴

RESUMO

Objetivamos estabelecer um debate sobre a inserção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto estratégia máxima do combate a fome no Brasil, buscando compreender a relação entre esta política e a política de saúde, a fim de analisarmos os desmontes da proteção social no Brasil, nos últimos 20 anos. Assim, propomos apresentar a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada, enquanto parte fundamental do sistema de proteção social brasileiro, garantidor de direitos sociais. Trata-se de uma pesquisa documental, que analisou legislações, programas institucionais, leis, decretos e revisão bibliográfica. Os resultados demonstram que os cortes orçamentários ligados a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, colocam em foco o problema da desigualdade social brasileira, tornando-se necessário revisar as políticas públicas nacionais que tenham como base a economia e a proteção social, mas que estejam articuladas com as diretrizes do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Palavras-chave: Proteção social. Saúde. Segurança Alimentar.

ABSTRACT

We aim to establish a debate on the insertion of the National Food and Nutrition Security Policy, as the maximum strategy to combat hunger in Brazil, seeking to understand the relationship between this policy and health policy, in order to analyze the dismantling of social

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social e Política Social - Universidade Estadual de Londrina- Pós-doutoranda; karolbecher@hotmail.com.

² Fisioterapeuta. Doutora em Ciências; Docente na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro); cried@unicentro.com.br.

³ Assistente Social. Doutora em Território, Risco e Políticas Públicas pela Universidade de Coimbra. Docente na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR; sueli.godoi@unespar.edu.br.

⁴ Assistente Social. . Doutora em Serviço Social e Política Social - Universidade Estadual de Londrina. Docente na Universidade Estadual de Londrina; sandrakordeiro@uel.br.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



protection in Brazil, over the past 20 years. Thus, we propose to present Food and Nutrition Security and the Human Right to Adequate Food, as a fundamental part of the Brazilian social protection system, guarantor of social rights. This is a documentary research, which analyzed legislation, institutional programs, laws, decrees and a bibliographical review. The results showed that the budget cuts linked to the National Food and Nutrition Security Policy focused on the problem of Brazilian social inequality, making it necessary to review national public policies that are based on the economy and social protection, but that are articulated with the guidelines of the Human Right to Adequate Food.

Key words: Social protection. Health. Food Security.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar a Segurança Alimentar (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) enquanto parte fundamental do sistema de proteção social brasileiro garantidor de direitos sociais a população, o que ousamos definir como um conceito de proteção social ampliado, que é composto pela articulação de não apenas o tripé da seguridade social (Previdência, Assistência Social e Saúde), mas com a incorporação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), enquanto política fundamental articuladora deste sistema. Para tanto, é necessário apresentar uma análise da trajetória de debates sobre o DHAA e a concretização da segurança alimentar e nutricional, enquanto política pública, especialmente entre os mais vulneráveis socialmente. Pretende-se, ainda, trazer à tona a discussão sobre a fome e a pobreza, enquanto fenômenos sociais, expressos e latentes, na sociedade brasileira do século XXI que, de um lado, possui alto grau de tecnologias para produção de alimentos e, sobretudo, no caso brasileiro, um país com vasta extensão territorial agricultável, mas que de outro, ainda figura entre os países que possui a fome como problema básico de saúde pública a ser resolvido. A escalada da fome no Brasil está expressa em pratos cada vez mais vazios, olhares cada vez mais preocupados, e números em permanente e rápida ascensão (PENSSAN, 2022).

Segundo dados disponibilizados pela FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) a respeito do cenário da alimentação da população mundial, no ano de 2009, 1,2 bilhões de pessoas sofriam de fome crônica ou não tinham acesso

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer suas necessidades nutricionais mínimas. (SILVA, 2017). Houve um agravamento dramático da fome mundial em 2020, muito provavelmente relacionado às consequências da Covid-19. Embora o impacto da pandemia ainda não tenha sido totalmente mapeado, relatórios de várias agências internacionais, como a própria FAO, estimam que cerca de um décimo da população global, aproximadamente 811 milhões de pessoas, foram acometidos pela fome de 2019 até os dias atuais. O número sugere que será necessário um grande esforço para o mundo honrar sua promessa de acabar com a fome até 2030.

Em 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer. É o que revela o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, lançado em junho de 2022 (PENSSAN, 2022). São 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano. A edição recente da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990.

Os cortes orçamentários à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e, o aumento da fome dos brasileiros vem aumentando desde 2016, sendo agora aprofundados pela emergência da epidemia da COVID-19, passando a exigir compreensão, em sua extensão e magnitude, dos problemas e a articulação de medidas governamentais nas gestões das esferas municipais, estaduais e federais, para assegurar o acesso à alimentação adequada e saudável, com vistas reduzir os impactos negativos da pobreza e da fome, resultando em agravos na alimentação, saúde e nutrição dos mais vulneráveis (ALPINO, 2020)

Diante disso, é necessário que temas relevantes, como a fome, a miséria, e a desnutrição, ou qualquer outro que englobe a Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), ganhem maior visibilidade na agenda de discussões sobre políticas governamentais, tanto nas esferas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



governamentais como nas institucionais, indicadas aqui pelos espaços acadêmicos na área da saúde e políticas públicas em esfera global.

Assim, o objetivo desta pesquisa é apresentar a SAN e o DHAA enquanto parte fundamental do sistema de proteção social brasileiro garantidor de direitos sociais a população, o que ousamos definir como um conceito de proteção social ampliado (BECHER, CORDEIRO, 2021). Analisaremos os documentos disponíveis em plataformas oficiais, e para tanto, faremos a análise documental apresentando os financiamentos públicos para a política e programas existentes no Brasil bem como o desmonte ocorridos desde os anos de 2014 até os dias atuais neste segmento.

Em uma sociedade pautada na alta tecnologia agrícola e avanços científicos na área da saúde, o que justifica a existência em grande escala de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional em todo território nacional? Esta foi, a pergunta que norteou este estudo e a partir, desta problemática buscou-se, enquanto objetivo geral, analisar a estrutura dos programas ligados a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito a Alimentação, enquanto estratégia no combate a insegurança alimentar e nutricional em território nacional. A partir disso, buscou-se realizar um levantamento bibliográfico sobre a temática nos bancos de dados científicos; realizar uma análise documental em plataformas oficiais do governo federal sobre as legislações e financiamentos de políticas públicas de combate à fome; analisar micro dados das plataformas “MAPASAN - Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional e CONSEA PARANÁ” e a própria análise textual de legislações relacionadas a temática.

O posicionamento metodológico, é o de que não é possível compreender a realidade sem entender sua constituição, ao passo que, a compreensão da realidade deve englobar sempre um posicionamento transformador e emancipatório. Isso significa dizer que o rigor na compreensão e formulação de categorias não deve ser um fim em si mesmo, mas deve contemplar uma prática transformadora.

2 SEGURANÇA ALIMENTAR: TEMAS E DEBATES ATUAIS

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Para consolidar o marco histórico de combate à fome no país, foi que em 16 de setembro de 2006, entra para a história das conquistas sociais no Brasil, o ato de promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), carregando em si uma teia de significados ao elevar o acesso à alimentação à condição de política de estado permanente, tanto defendida por Josué de Castro.

A partir de 2003, observam-se a resignificação do tema, miséria, fome e, passa então a fazer parte do vocabulário do brasileiro a temática “segurança alimentar”, popularizando a terminologia, essa eleva o tema para uma posição de maior destaque na agenda das políticas públicas e nas ações ministeriais, compondo uma nova fase das políticas de combate à fome que, não resulta apenas da vontade política de governantes, embora essa seja uma variável fundamental no modelo de definição de agenda. A FAO passou então, a declarar que o problema da fome global não é uma questão exclusiva de pouca disponibilidade de alimentos, mas sim derivada da pobreza de grande parte da população e da má distribuição de riquezas no mundo.

Somado a criação da PNSAN, o SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar) foi instituído em 2006 pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Desde a sua criação, avanços legais e institucionais têm garantido a sua construção como estrutura responsável pela implementação e gestão participativa da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito federal, estadual e municipal.

O governo de Lula da Silva, no início dos anos 2000, apostou na estratégia Fome Zero para o combate à pobreza no Brasil daí, resulta a célebre frase de Lula, contida no relatório sobre o Fome Zero “todos os brasileiros terão no mínimo, três refeições diárias”. (SILVA, 2010, s/p). Lula, parafraseando Herbert José de Sousa, o Betinho, insere em seus discursos presidenciais, para justificar a urgência de estruturar os programas da estratégia, outra frase imponente “quem tem fome tem pressa”, ganhando ainda mais a popularidade dos brasileiros, naquele contexto.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Josué de Castro ⁵ publica em 1946 a primeira edição do livro “Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço”. Para o autor: “A fome, no Brasil, é consequência, antes de tudo, do seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais” (CASTRO, 1984, p.16).

Em suas obras, provou que a questão da fome não se tratava do quantitativo de alimentos ou do número de habitantes, mas sim da má distribuição das riquezas, concentradas cada vez mais nas mãos de menos pessoas, os grandes latifúndios. Por isso, acreditava que a problemática da fome não seria resolvida com a ampliação da produção de alimentos, mas com a distribuição não só dos recursos, como também da terra para os trabalhadores nela produzirem, tornando-se um ferrenho defensor da reforma agrária.

Vivemos em um modo de produção econômico e, em uma sociedade que produz desigualdades. Tanto em território rural como em urbano, ela se manifesta através: pobreza, êxodo rural, concentração de população em áreas vulneráveis, insegurança alimentar, falta de saneamento básico, não inserção nas cadeias produtivas e mercados formais, não regularização fundiária, falta de acesso a trabalho/emprego e renda, etc.

Em níveis conceituais, a Proteção Social existe para promover a sociedade níveis mínimos de condições de manutenção e reprodução da vida humana. Sendo executada prioritariamente pelos estados através das políticas públicas e sociais, programas e projetos. “A proteção social pode ser definida como um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais.” (JACCOUD, 2009 p. 58)

No Brasil, a Proteção Social é estruturada a partir do modelo de Seguridade Social, que prevê as seguintes proteções: Proteção aos trabalhadores assalariados

⁵ Josué de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, em Recife, Pernambuco, Brasil. Filho de um agricultor do Sertão Nordestino que em 1877, em função da seca, migrou para a capital.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



formais; Proteção e promoção da saúde universal da população; Provisão dos mínimos necessários à manutenção da vida e dos acessos aos direitos. Assim, tem-se o tripé da seguridade social, composto pelas políticas de previdência, saúde e assistência social.

Muitos programas alocados na política de Segurança Alimentar e Nutricional, tangenciam a discussão de saúde e, sobretudo estão sendo operacionalizados pela saúde pública, em nível de atenção básica. A própria Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), tem como propósito a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, a vigilância alimentar e nutricional.

A promoção da saúde consiste num conjunto de estratégias focadas na melhoria das condições de vida dos indivíduos e coletividades. Pode se materializar por meio de políticas, estratégias, ações e intervenções no meio com objetivo de atuar sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde, de forma intersetorial e com participação popular, favorecendo escolhas saudáveis por parte dos indivíduos e coletividades no território onde residem, estudam, trabalham, entre outros. As ações de promoção da saúde são potencializadas por meio da articulação dos diferentes setores da saúde, além da articulação com outros setores. Essas articulações promovem a efetividade e sustentabilidade das ações ao longo do tempo, melhorando as condições de saúde das populações e dos territórios. (BRASIL, 2010)

A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) corresponde a uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), insere-se como eixo estratégico da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), e tem como enfoque prioritário a realização de um direito humano básico, que proporcione a realização de práticas alimentares apropriadas dos pontos de vista biológico e sociocultural, bem como o uso sustentável do meio ambiente. (BRASIL, 2010).

Diante deste cenário, seguimos em defesa da SAN enquanto política articuladora entre um sistema de proteção social eficaz brasileiro, que considere a alimentação humana um dos pilares fundamentais ao desenvolvimento humano e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



social. Para tanto, como já discutido por Becher e Cordeiro (2021), a política agrária tem se transformado em política social ao longo dos últimos 20 anos no caso brasileiro, delegando a situação de empobrecimento da população do campo e as desigualdades sociais à Política Social.

2.2 A ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO AGENDA ESTRATÉGICA DO COMBATE A FOME

Os anos 90 trouxeram a emergência de uma agenda mundial do combate à fome, fomentando discussões na América do Norte, Europa Ocidental e também América Latina, situação que traz a discussão sobre as redefinições na função da agricultura, produção agrícola e sobretudo, da função social da pequena agricultura familiar.

Os impactos destas contrarreformas culminam em uma transformação da política agrária em política social, e suas expressões no campo da produção e da reprodução social dos segmentos envolvidos. Graziano da Silva (1999) destaca um novo padrão de reforma agrária e considera que existem contradições no tocante a políticas públicas para a agricultura familiar e patronal “para o setor capitalista destinam-se as políticas agrícolas e para a pequena produção a reforma agrária deve ter um cunho social”.

Desse modo, as políticas agrárias se aproximaram cada vez mais das políticas sociais, a partir da criação de diversos programas específicos para um perfil social de agricultor específico que não o patronal, como é o caso de dois programas que merecem destaque no Brasil, o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa nacional de Alimentação Escolar), ligados diretamente à Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Constituiu-se, assim, um núcleo central do que ousamos dizer ter sido um “movimento e reconceituação da questão agrária”, o qual coloca na berlinda a reprodução da força do trabalho excedente e os fenômenos sociais que emergiram no campo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A Constituição de 88, marca o início da redemocratização do Brasil. Com o fim da ditadura militar, estruturava-se uma sociedade democrática e de avanços sociais em especial, garantiu avanços na seguridade social e nos direitos sociais.

Vieira (1997) afirma que em nenhum momento a política social encontra tamanho acolhimento em Constituição brasileira, como aconteceu na de 1988 nos campos da educação, da saúde, previdência social, assistência social, definições de direitos aos trabalhadores urbanos e rurais.

Somente a partir de 2002, surge no Brasil um conjunto de reorientações nos padrões de desenvolvimento agrário, decorrentes das políticas neoliberais, executadas no final dos anos 80, substituindo o “Consenso de Washington” por um novo pacto “Pós-consenso de Washington” (LUSTOSA, 2012).

A partir disso, inicia-se uma temporada de múltiplas relações entre Estado, mercado e sociedade, financiadas pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). Este acordo obriga os países a fazer um conjunto de reformas nas políticas públicas, tendo como proposição central profundas rupturas na concepção de desenvolvimento até então vigente e incorporando novas estratégias, as quais consideravam os progressos econômicos e sociais como inseparáveis.

É neste contexto que visualizamos mudanças na estrutura de políticas sociais, sobretudo o que indica o Relatório do Banco Mundial, “Combate à Pobreza Rural no Brasil: Uma estratégia integrada (2001), no qual observamos uma estratégia de gestão das políticas sociais para redução da pobreza rural. Discussões como esta, apresentadas no relatório, demonstram que a pequena agricultura (aquela que produz alimentos) é apontada como um ramo especial, um setor que naquele contexto histórico, possuía papel fundamental no combate a pobreza nas áreas rurais. Essas discussões ganham relevância devido as transformações no mundo do trabalho, trazendo consequências para políticas sociais, mas sobretudo, pelos altos índices de desigualdades sociais existentes no Brasil, em decorrência de concentração de terras e riquezas em grandes latifúndios, sistema de produção agrícola voltado a *plantations*

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



e que degradam não somente o solo (natureza) mas também, tornaram tóxicas as relações de trabalho e condições de vida no campo.

Este modelo neoliberal adotado no Brasil e países da América Latina, surge com o propósito de investir em diversas áreas como, educação, saúde, assistência social, por meio de reformas políticas, contudo, estabelecendo uma regra rígida e intencional: não mexer no padrão fundiário e distribuição de terras brasileiro, culminando então, nesta transformação forçada pelos interesses capitalistas a promover a ruptura entre temas agrários e temas agrícolas, o que certamente influenciou todo o processo de estruturação das políticas públicas para agricultura familiar.

O primeiro aspecto de se pensar a intersetorialidade é que, estamos todos no mesmo lugar e, portanto, devemos considerar a situação social das famílias brasileiras. O Brasil, deixou de aparecer no mapa da fome em 2014, ou seja, deixou de ter a fome considerada problema estrutural. A conquista ocorreu após mais de uma década de implementação, acompanhamento e aprimoramento de políticas públicas de promoção do direito constitucional à alimentação, como os 20 programas incluídos no programa guarda-chuva Fome Zero, utilizado posteriormente pela FAO para promover a segurança alimentar em outros países. Há, a partir de 2014, um colapso na transferência de recursos públicos que financiam programas sociais centrais no combate fome no país, um deles é o PAA. Ao analisar os dados com valores referência de aplicação dos recursos no período 2003-2018, observa-se que houve forte tendência de crescimento dos recursos aplicados no programa até 2006. Depois, os montantes cresceram mais lentamente, oscilando em patamar acima de R\$ 850 milhões e chegando a R\$ 1,2 bilhão em 2012. vejamos os valores:

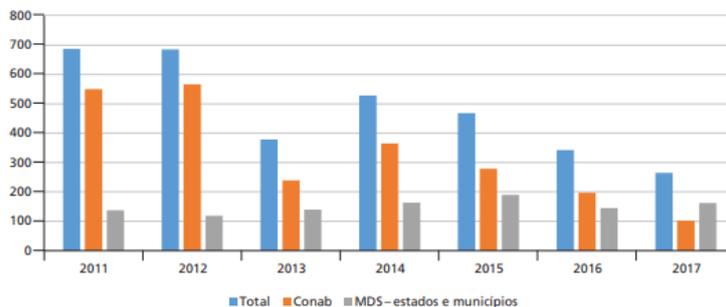
Figura 1 – Valores repassados ao PAA por ano

PROMOÇÃO



APOIO





Fonte: dados da pesquisa.
Obs.: valores corrigidos para dezembro de 2018 pelo INPC.

Fonte: Conab, 2019

Em 2013, porém, notou-se queda acentuada do volume de recursos aplicados, com leve recuperação em 2014, voltando a decrescer a partir de 2015, como resultado da crise fiscal do governo federal, que levou a fortes cortes orçamentários em todos os programas sociais. O menor valor do período foi observado em 2018, quando foram aplicados apenas R\$ 253 milhões, valor comparativamente menor que o aplicado no primeiro ano do programa, considerando-se a correção monetária.

Os dados sinalizam ainda que os desmontes a programas fundamentais de garantia a alimentação a todos (PAA e PNAE) vem sofrendo cortes orçamentários desde 2015, piorando no governo de Jair Bolsonaro. Para tanto, é possível observar no modelo de gestão federal atual, a sobreposição da economia sob o DHAA. A ausência de ações com foco no monitoramento da realização do DHAA fica clara quando analisamos os programas de combate a fome sendo destruídos por falta de financiamentos públicos, sendo os municípios, por falta de recursos materiais e humanos, incapazes de ofertar serviços e programas permanentes. Mesmo com a criação de programas e auxílios emergenciais, o governo não instituiu um plano efetivo de combate à pandemia e combate à fome. Na análise de documentos oficiais, podemos inferir que há uma falha no que tange medidas eficazes e, principalmente que considerem a alimentação como um direito humano.

Apesar dos esforços e avanços legais obtidos em programas de governos anteriores, a partir de 2016 observamos um desmonte abrupto destes programas, justamente, por estarem ligados a uma ideia de segurança social, ou seja, estarem

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

calcados no bloco de políticas sociais, que neste caso, configuram-se como políticas combativas à insegurança alimentar.

Esta análise nos mostra uma ruptura entre as políticas agrícolas e agrárias e, uma forte aproximação da política agrária com os temas de interesse social. O próprio movimento e criação dos Ministérios nos anos 2000 a 2010 comprovam esta proximidade de interesses, de um lado os interesses da agricultura e pecuária representando o agronegócio, de outro a criação de secretarias especiais para agricultura familiar. Dito isto, fica evidenciado o distanciamento de interesses entre os próprios públicos que coexistem no território rural, um voltado a uma agricultura de produção de *commodities* e o outro de alimentação para abastecer camadas populares através de programas socioassistenciais.

A lógica das Políticas Públicas aqui mencionadas, aproximam a política agrária da política social e, por sua vez, o estado negligencia uma política agrária eficaz no sentido de, titularização de imóveis, programas e financiamento específicos, assistência técnica e extensão rural específica a públicos especiais.

O valor pago pelo ministério a agricultores caiu 57% num período de dez anos, de acordo com dados do antigo Ministério da Cidadania. Nos anos de 2020 e 2021, justamente o ano pandêmico, observou-se um ligeiro aumento nos valores, fato que se dá justamente pela pandemia da Covid19. A quantidade de agricultores beneficiados reduziu 67% (PENSSAN, 2022).

Por fim, temos desafios emergentes no cenário atual de retomada de programas neste segmento. Há muitos desafios a serem superados para a efetivação de um programa que esteja ligado, essencialmente com os agricultores familiares e trabalhadores que, esteja em consonância com os princípios das diversas políticas que se relacionam.

3 CONCLUSÃO

Estamos vivendo um tempo de travessias necessárias, em que as políticas públicas passem de meros textos para compreender e adentrar os contextos da vida cotidiana, de que documentos, políticas e leis passem a acompanhar o mesmo ritmo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



de evolução da sociedade, que o tempo presente sirva de referência para a construção do tempo futuro. Temos mais texto e menos contexto, tornando-se um grande problema, uma vez que os contextos (ou seja, a realidade) precisa se adequar ao texto (sejam de leis, programas). O grande problema das políticas, dos programas e dos projetos é que eles partem deles mesmos e não da realidade do lugar. Então, a gente olha primeiro para os textos e depois tenta fazer que os contextos, chão, os territórios, se adaptem ao texto, temos políticas, programas extremamente fechados que são muito herméticos em relação a dinâmica da realidade, as diversidades dos territórios, as diversidades sócias culturais que existem não somente no Paraná, mas também no Brasil.

As políticas sociais no Brasil, muito embora tenham seus textos, percebemos ainda a fragilidade das práticas intersetoriais dos programas e também da interação das políticas públicas, como por exemplo da temática da pobreza e da insegurança alimentar da população brasileira ser pauta central das discussões de todo cabedal de políticas públicas, inclusive da saúde, somando a isso, os modelos de gestão com pouco financiamento em políticas públicas de SAN.

Do ponto de vista da inter-relação entre as políticas públicas da promoção da saúde e da alimentação saudável, visualizamos um cenário de corte de orçamentos públicos, fechamento de programas e estratégias entre setores, se dissolvendo por falta de condições de estruturar programas e corpo técnico especializado. A grande problemática dos programas regidos pela PNSAN fica, justamente neste campo tangencial de todas as políticas, mas ao mesmo tempo, sem um “dono” específico, o que gera uma carência enorme de recursos destinados à programas estruturantes do combate à fome e a situação de insegurança alimentar das famílias.

A ausência do governo em resposta rápida a pandemia de covid-19 e, as reduções orçamentárias nas diversas políticas públicas, inclusive a PNSAN, levaram ao aumento de insegurança social da população de maneira geral e, da situação de insegurança alimentar e nutricional do brasileiro, somando-se a isto, os desmontes

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



orçamentários, dificultaram ainda mais o monitoramento e averiguação dos impactos da pandemia na segurança alimentar.

A via da participação social, mostra-se como uma alternativa fundamental para retomada de um modelo de gestão que priorize condições de vida mínima a população brasileira, através de programas e projetos governamentais elaborados a partir de um modelo de gestão em esfera federal que dê suporte aos estados e municípios. Operacionaliza-los de maneira a atender a população e sobretudo, garantir direitos fundamentais para existência humana.

REFERÊNCIAS

ALPINO, T.M.A; *et al.*. **Cadernos de Saúde Pública**. 36(8):e00161Covid-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais 320. Disponível em <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/static//arquivo/1678-4464-csp-36-08-e00161320.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2021.

BECHER, C; CORDEIRO. **A POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL: uma análise sobre o alcance da proteção social no campo**. 2021. 265 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. FAO/INCRA/NEAD, Agricultura sustentável. **Agenda 21- revolução verde**. Brasília, 1994.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília. Ministério da Saúde, 2010.

_____. **Secretaria de Assuntos Estratégicos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em: www.ibge.gov.br/home, acesso em:10 out. 2019.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



_____ **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. **Decreto nº 7.272**, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório Pereira. **Reforma Agrária à Brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

POCHOMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Org). **Atlas da exclusão Social do Brasil**. 2.e. São Paulo: Cortez, 2003.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: I VIGISAN**. 2022.

SILVA. J.A. A fome e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em filmes documentários brasileiros. **Com. Ciências Saúde**. 2017; 28(2):205-215

PROMOÇÃO



APOIO

